

LÉSBICAS, BISSEXUAIS, CIS, PROFESSORAS: NOTAS SOBRE COTIDIANOS ESCOLARES

Ariane Celestino Meireles¹

Lucimary Hoffman²

Marcelo dos Santos Mamed³

Resumo

Trata-se de diálogos entre ativistas-investigador.a.s⁴ das questões de gênero e sexualidades com professoras lésbicas e bissexuais da educação pública de Vitória, Espírito Santo, Brasil sobre temas relacionados à diversidade sexual na escola. Apresenta relatos de professoras cisgênero sobre dificuldades em lidar com a diversidade sexual na escola. Relata as impressões das professoras sobre o tema, com foco nas implicações do pertencimento a determinadas categorias sexuais e de gênero no desempenho pedagógico. Informa que o ambiente escolar está permeado por preconceitos, em que a lesbo-homo-trans e bifobia fazem parte dos discursos heteronormativos e que obriga as professoras lésbicas e bissexuais a uma ocultação da sua orientação sexual como espécie de blindagem para garantir o respeito profissional.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Visibilidade lésbica; Educação sexual, Cotidiano escolar; Lesbofobia.

Iniciamos esta conversa sobre um conjunto de pessoas bem diferentes em diversos aspectos, com pelo menos dois pontos comuns entre todas: são mulheres e são professoras. Algumas transitam na educação infantil, umas no ensino fundamental, outras no ensino médio

¹Doutoranda em Ciências da Educação (Universidade do Porto); Mestra em Política Social (UFES); professora da rede municipal de ensino de Vitória; ativista do movimento de mulheres negras e da Santa Sapataria – lésbicas e bissexuais do Espírito Santo. <arianemeireles@globocom>

²Doutoranda em Ciências da Educação e Mestra em Ciências da Educação (Universidade de Lausanne); pedagoga; professora; ativista nos movimentos sociais de igualdade racial e de gênero. <lhoffman@hotmail.fr>

³Doutorando em Psicologia e Mestre em Psicologia; Linguista (Universidade de Lausanne);

⁴Optamos por esta grafia para registrar a flexão de gênero em oposição a qualquer linguagem sexista que tenha a forma masculina como regra geral.

e também no superior. Umas vivem na capital do Espírito Santo, Vitória. Outras vivem e trabalham no interior do estado em diferentes cidades. Algumas reivindicam-se lésbicas, outras bissexuais, outras ainda se garantem heterossexuais, e uma ou outra diz não se encaixar nas “letrinhas” LBT⁵. São mulheres que falam de si, do campo de trabalho, d.a.s estudantes com quem lidam quase todos os dias, das situações na escola que as intimidam, que as encorajam, que as fazem pensar, que as incitam a estudar, que as impulsionam a viver expressões sexuais não-normativas, que as fazem inferir e interferir. Enfim, é de fato um texto com fragmentos de histórias de profissionais coletadas ao longo de uma década e que possibilitam refletir, entre outras questões,

‘[...] sobre dimensões da heteronormatividade presentes do cotidiano escolar que impregnam o currículo, compõem redes de poderes, controle e vigilância, promovem a gestão de fronteiras da (hetero)normalidade, produzem classificações, hierarquizações, privilégios, estigmatização, marginalização, comprometem o direito à educação de qualidade e comportam o exercício de uma cidadania mutilada’ (JUNQUEIRA, 2014, p.100).

As histórias aqui apresentadas se deram em ocasiões diferentes, sendo algumas em diálogos estabelecidos em rodas de conversa informais, em rodas de conversa promovidas por movimentos sociais e também em cursos de formação sobre gênero e sexualidades, nos quais atuamos como formador.a.s.

Nosso percurso é marcado pelo interesse pessoal na temática de gênero e sexualidades, pelo envolvimento profissional nas condições de professoras e psicólogo, por nosso pertencimento às categorias “homossexual” e “cisgênera” que adotamos não mais que para situar-nos politicamente. Ao longo de dez anos, coletamos muita conversa boa, presenciamos cenas marcantes e trazemos algumas delas para dialogar sobre as professoras lésbicas, bissexuais e heterossexuais com as quais nos encontramos neste período.

Registrar as identidades sexuais das professoras e também as nossas enquanto autor.a.s, nos inquieta pelo que entendemos sobre a fluidez destas marcas identitárias, em consonância com o que pensam Tomás Tadeu da Silva (2000), Guacira Louro (2010), Stuart Hall (1999), Fernando Pocahy (2013) e tantas outras gentes mais, na compreensão que as afirmações identitárias fazem parte de uma orquestração política questionável. Percebemos a necessidade de nos remeter a elas para fazer-nos entender. Por isso, usaremos as expressões lésbicas, bissexuais, transexuais e cisgênera neste texto.

⁵Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros.

Conversaremos aqui com as professoras para conhecer o que trazem de descobertas, omissões, conflitos e aprendizados sobre a *diversidade sexual*. Sigamos.

Professoras sapas, algumas histórias

Chamamos de *professoras sapas* as mulheres lésbicas e bissexuais com quem conversamos em Vitória em algumas rodas de conversa promovidas pelos movimentos sociais no período de 2008 a 2012. Estes diálogos sobre Diversidade Sexual na Escola eram abertos a profissionais da educação e, em alguns deles, havia uma expressiva participação de professoras lésbicas e bissexuais, nossas conhecidas.

Utilizamos a expressão “sapas”, um termo ressignificado pelas ativistas lésbicas e bissexuais brasileiras, numa redução da expressão *sapatão*, comumente usada no Brasil para estigmatizar as mulheres que relacionam-se afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres.

A expressão *lésbica* para a maioria das professoras com quem conversamos, soa desconfortável. Percebemos nitidamente este desconforto todas as vezes que utilizávamos a expressão. Algumas delas chegavam a verbalizar que consideram este nome horrível, tendo acordo de outras mulheres dos grupos. Isso nos leva a considerar que o uso da expressão *lésbica*

[...] parece ser um “privilégio” das homossexuais feministas que, ao se reconhecerem assim, procuram enfatizar o aspecto político da opção [*sic*] homossexual: a recusa, na prática, da relação de poder estabelecida pela heterossexualidade, onde o homem domina a mulher’ (Luis Octávio Rodrigues AQUINO, 1995, p. 34).

Aproveitamos a chance do uso do conceito para trazer o ponto de vista de uma ativista lésbica a este respeito, resgatado num texto-relíquia: cópia do Boletim Chanacomchana⁶, de 1982:

‘A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo imortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos da preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão ‘maldita’ que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos

⁶O documento não registra o nome da ativista nem tampouco a paginação.

autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo.⁷

Sigamos, então, falando destas professoras. Na perspectiva de realizar um encontro apenas com professoras lésbicas e bissexuais no ano 2012, contatamos dez mulheres e conseguimos conversar com nove delas para apresentar a proposta do diálogo que consistia em conhecer suas impressões acerca da educação sexual. Nos interessava saber: essas professoras tratavam abertamente questões que envolviam sexualidades? Enfrentavam preconceitos? Como reagiam frente a situações de lesbo/bi/homo/transfobia que presenciavam?

Conversamos com as nove professoras individualmente para convidá-las, sendo que cinco delas apresentaram recusa imediata após o primeiro contato. Nas justificativas, alegaram não gostar do assunto, ter dificuldade em falar sobre o tema e ter preocupação com o risco da visibilidade, ou seja, que suas identidades fossem declaradas ainda que *acidentalmente*, para usar a expressão de uma delas. Das cinco professoras que recusaram de imediato, três são da área da educação física, uma é pedagoga e uma leciona português. Todas tinham no mínimo três anos de atuação na rede municipal de ensino de Vitória à época do contato, e todas são professoras do quadro efetivo da Secretaria de Educação. Consideramos relevante essa informação uma vez que um dos motivos apresentados por algumas mulheres lésbicas para manter em segredo sua orientação sexual é justamente o medo de serem demitidas do emprego. E, como todas eram servidoras concursadas do quadro efetivo, o “medo” de perder o emprego não se aplicava ao grupo.

Uma das professoras da recusa, então diretora de uma escola fundamental a quem nomeamos Ana⁷, não chegou a dizer abertamente que se recusava a participar do diálogo, mas em outras palavras o disse durante a conversa. Revelou que não gostava deste assunto e que tampouco concordava com as atuações dos movimentos sociais de LGBT. Em suas palavras:

As pessoas envolvidas no movimento LGBT perdem a noção das coisas, não respeitam ninguém, querem sair beijando no meio da rua, escandalizando. Pra mim isto é ridículo.

⁷Nome fictício.

Compreendendo que Ana se recusaria a participar do diálogo, neste primeiro contato nos antecipamos a lhe perguntar se havia passado por alguma situação de preconceito na escola em razão da orientação sexual. Ana afirmou que não, nunca havia passado por nenhuma situação dessas, a não ser quando se candidatou à diretora daquela escola.

Houve uma candidata adversária que fez jogo sujo, falando para as pessoas, pais de alunos e para os alunos também um monte de palhaçada.

Perguntamos o que ela chamava de “palhaçada”, e ela respondeu que se tratava de insinuações acerca de sua orientação sexual como recurso da adversária para comprometer a avaliação positiva de sua candidatura entre estudantes e familiares. Chamou-nos a atenção que, ao mesmo tempo em que disse nunca haver sofrido preconceito, revelou uma situação alarmante, em que a candidata adversária utilizou de sua orientação sexual lésbica para colocar em dúvida sua competência profissional. Ademais, Ana nunca se havia apresentado como lésbica na escola, segundo informou. A desconfiança sobre sua orientação sexual, supomos, parte da sua aparência masculinizada.

Guilherme Almeida (2005) confirma, sobre este tema, que as mulheres lésbicas masculinizadas, as “fanchas”, têm maior dificuldade em se estabelecer como sujeito de direitos e merecer o respeito e aceitação em comparação às lésbicas mais femininas. No imaginário social é inclusive comum a aceitação de que “pode até ser gay ou lésbica, mas não precisa ser afetado nem machona”, frase comumente expressa quando se trata do que Alexandre Bortolini (2008, p. 13) chama de “aceitação condicionada”. Em outras palavras, a aceitação é até possível, desde que se abra mão dos estereótipos de gênero que não correspondem ao que é esperado para uma mulher. Nesse sentido, a professora Ana, pelo menos esteticamente, pareceu incomodar os olhos e as concepções de *ser mulher* da candidata adversária, sendo *acusada* de ser lésbica e, por isso, menos apta a exercer a função de diretora da escola. À época, Ana estava no seu segundo mandato de diretora dessa mesma escola.

Vimos às recusas em participar da roda de conversa com preocupação. O medo de ser descoberta, a apreensão, a vergonha, a negação da lesbianidade/bissexualidade, as máscaras para ocultar a orientação sexual (uso de acessórios femininos, invenção de história de namorado

ou noivo), enfim, o estresse cotidiano em razão do medo da *descoberta do segredo* afetam sobremaneira a saúde mental das mulheres lésbicas⁸.

Realizamos o diálogo, então com quatro professoras, que nomearam-se do seguinte modo: Sol (educação física), Mel (história), Purpurina (português) e Flor (pedagoga). Apresentamos as professoras, por elas mesmas, a começar pela Sol:

Sou homossexual, branca, cristã, trabalho com educação infantil. Nunca falo abertamente que sou homossexual, mas as pessoas desconfiam e rola fofoca nas escolas. Isso me incomoda muito. Já aconteceu por duas vezes, em escolas diferentes, das diretoras me chamarem para sondar se eu *era*, dizendo que havia muita fofoca com meu nome. Nunca neguei. Nestes dois casos eu falei que sim, que eu *era*.

Sol continua sua apresentação falando um pouco do cotidiano nas escolas de educação infantil de Vitória:

Quando rola algum assunto sobre sexualidade, as professoras logo mandam as crianças calar a boca, que isso não é assunto de criança. Eu não. Não deixo passar batido e falo, explico, boto as crianças para pensar. Isso também ajuda na *fama*, eu sei, mas não deixo passar batido nada que pareça preconceito, seja qualquer preconceito. Não me proponho a levantar bandeira do movimento LGBT, mas sempre vou contra os preconceitos. Acho que isso também ajuda a pensarem coisas de mim.

Louro (2010, p. 138), sobre isso, comenta que, “se uma pessoa fala, de modo simpático, sobre gays e lésbicas, ela se torna suspeita de ser homossexual”, e esse sentimento de medo de exposição pode resultar em inibição para debater o tema na escola. A professora Sol disse não se incomodar com isso.

Vejamos o que diz a professora Mel sobre si:

⁸Sobre isso, ver: FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. *Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade na integralidade*, da Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Sou professora de História. Me declaro branca, católica não praticante. Acho engraçado isso, essa história de católica não praticante, mas é assim que quero me apresentar. Tenho minha fé em alguns santos. Não me enquadro em nenhuma dessas letrinhas que encaixotam as pessoas. Não quero ser encaixotada em nada. O que sei é que gosto de me relacionar com homens e com mulheres, depende de quem encontro, de como me sinto com a pessoa. Detesto enquadramentos.

Mel relata que não gosta de tocar no tema das sexualidades na escola diretamente, mas fala sobre o assunto dentro das perspectivas da disciplina que ministra. Esse é o modo que, para ela, se fala de respeito à diversidade.

Quando perguntada se presenciou alguma situação de preconceito por orientação sexual na sua escola, revela:

[...] a gente teve um professor lá que foi uma passagem relâmpago. O professor até com uma formação muito boa, com mestrado... professor de português. Era um professor homossexual, um gay, com muito jeito de gay, com todo o estereótipo, características, traços, né? E eu me lembro que, os alunos, assim, acabavam com ele... como todo professor gay sofre isso. Os alunos ridicularizavam ele. Eu acho que ele não ficou nem uma semana. Ele chegou num ponto, que ele abandonou, ele saiu correndo da escola e foi embora, foi embora. Não ficou. Largou. “Eu não fico mais neste lugar!”, ele gritava. Ele deixou pauta, deixou tudo, foi embora e aí eu tinha amigos em comum com ele. Disseram que ele se traumatizou. Ele falou: “Nunca mais quero dar aula pra crianças, nunca mais vou pisar neste lugar, nunca mais quero passar por isso”. [...] ele saiu daquele perigo que era... o que todo professor passa, que é um professor gay começar a dar aula...porque os meninos pegam no pé mesmo.

Mel continua o relato dizendo que ninguém na escola voltou a tocar no assunto. Ela chegou a discutir o tema numa turma de sétima série, mas a escola, no conjunto, “não deu a importância que o fato exigia”, segundo suas palavras. “O professor foi um fraco que não aguentou a barra pesada que é a escola”, foi o que escutou de algumas colegas no trabalho.

Esse silêncio sobre o fato revela, nas palavras de Louro (2010), a invisibilidade sobre as pessoas homossexuais, na intenção nítida de eliminá-las do ambiente escolar. Nesse raciocínio,

Deborah Britzman (1996, p. 80) alerta para um mito que surge a partir do silenciamento de que tratamos aqui: debater o tema sobre homossexualidades na escola pode encorajar práticas e identificações homossexuais entre alunas e alunos. A autora afirma que esse mito assume um caráter preventivo: o não conhecer protege da homossexualidade. A escola, quando se omite em debater esse tema, mesmo diante da grave situação ocorrida com o professor, indica uma posição política com o “não conhecer” para “proteger” que Britzman denuncia.

De silêncio em silêncio, ouçamos o que diz Purpurina sobre si mesma:

Sou professora de língua portuguesa, atuo no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). No momento, estou diretora da escola. Sou uma mulher branca do cabelo alisado. Religião? Gosto do Kardecismo. Quanto à minha orientação sexual, eu acho que, assim, até agora eu não descobri se sou lésbica ou se sou bi, tá, ainda estou tentando. E eu não acho que tem que definir também não. Acho que nós estamos num momento em que temos que fazer opções: o cara é legal? Ok. A menina é legal? Ok. Acho que não tem que dizer, que definir. Para alguns, é mais fácil – assim: eu só quero mulher, eu só quero rapaz –, e outros ficam em cima do muro. Eu sempre fui uma pessoa em cima do muro em relação a isso.

Perguntamos à professora se discute questões relacionadas às sexualidades na escola, principalmente quando há casos flagrantes de preconceitos, ao que respondeu:

Eu acho que, pelo fato de eu ser entendida⁹, isso me trava um pouco, porque aí a pessoa vai dizer assim: ela tá defendendo porque é o peixe dela.

Ainda nesse tema, Purpurina comenta sobre uma professora da escola que discute questões relacionadas às sexualidades abertamente em qualquer espaço, inclusive na sala de professoras e professores. Ela relata que, certa vez, essa professora chamou a atenção d.a.s colegas sobre o tratamento que estavam dando a um rapaz chamado de gay pelo grupo. A professora falou com propriedade que era uma falta de respeito o que acontecia ali e que tod.a.s deveriam assumir uma postura mais responsável sobre esse assunto. Purpurina relata o episódio

⁹ A expressão “entendida” foi bastante usada nas décadas de 1980 e 1990 para referir-se às mulheres lésbicas e bissexuais. Ainda usada por algumas pessoas.

com muita admiração pela coragem da professora em tratar o tema desse modo, ao mesmo tempo em que justifica:

Esta professora é casada, frequenta a igreja regularmente, coisa que eu não faço, tem uma filhinha. [...] isso eu achei muito bonito. Eu me reconheci na fala dela, não com a mesma competência.

A matriz heterossexual declarada da professora em questão, nesse caso, a salvaguardava de qualquer suspeita sobre um *desvio* sexual que pudesse denunciá-la: casada (com homem), vai à igreja, tem uma filha. Prerrogativas de *normalidade* acima de qualquer suspeita e que permite a abordagem sobre o tema da sexualidade sem correr riscos, sem levantar dúvidas sobre sua moral¹⁰.

Conheçamos a professora Flor:

Tenho 45 anos, cor parda, sou pedagoga e professora com experiência da educação infantil ao ensino superior. Atualmente trabalho com educação infantil. Não tenho religião. Acredito na vida, no universo, no pensamento positivo, mas religião, não. Quanto à orientação sexual, sou considerada uma pessoa homossexual, mas me autoidentifico como bissexual.

A professora Flor coincide com as demais professoras entrevistadas quando perguntada sobre a visibilidade lésbica ou bissexual: não assume abertamente sua lesbianidade ou bissexualidade em espaço público. Assim, sempre que sai com sua namorada, ambas portam-se como amigas. No trabalho, nunca a leva para as festinhas de fim de ano e tampouco ostenta fotografias do casal nas mesas, carteiras pessoais ou telefone celular. No entanto a ocultação da lesbianidade nem sempre garante a tranquilidade na escola, uma vez que qualquer *atitude suspeita* como ser vista com uma *amiga* de tipo masculinizada ou mesmo usar roupas pouco femininas pode provocar assédio moral, como revelou a professora Sol, parágrafos atrás.

Mas também tem outra coisa, né? Eu busquei também potencializar o meu lado feminino, o meu lado mulher. Exatamente porque existe um estereótipo de que a

¹⁰Sugerimos visitar a página da dra. Letícia Lanz, que relata diversos privilégios que as pessoas cisgêneras desfrutam, quando comparadas às pessoas transgêneras: < <http://www.leticialanz.org/cisgenero/>>.

mulher lésbica é masculina, né? Então este foi um lado meu que eu trabalhei muito, trabalho muito, gosto muito de ser muito feminina, e talvez seja também uma forma de esconder o outro lado também, porque quando as pessoas veem uma mulher extremamente feminina, não passa pela cabeça delas que existe uma outra expressão sexual ali sendo vivenciada, né?

Também intimidada por uma diretora de escola que a convidou a conversar sobre a *suspeita* da sua vida sexual, Flor relata:

Olha só, eu tive uma experiência pessoal também como professora da educação infantil. Enquanto professora da educação infantil eu fui vítima de um preconceito muito grande de uma escola do município de Vitória. Uma escola com profissionais com característica extremamente cristã¹¹, né... neste momento eu conheci a minha companheira, e era uma pessoa que ia me buscar na escola. Geralmente no final da tarde, não era todos os dias, mas uma vez por outra ia me buscar.

Então eu fui chamada na sala da diretora e ela me disse que era pra eu tomar muito cuidado com as minhas atitudes na escola porque os professores estavam fazendo comentários muito desagradáveis a meu respeito, inclusive na sala dos professores. E aí o meu posicionamento com ela naquele dia foi de... eu perguntei a ela em que momento ela tinha alguma queixa a fazer sobre a minha atuação enquanto profissional naquela escola. Ela disse que nenhuma, que eu era uma profissional excelente, muito competente, eu pertencia ao conselho de escola, que eu era uma referência na escola.

Aí eu disse pra ela: qual foi o dia que eu cheguei atrasada na escola? Ela disse nenhum. Qual foi o dia que eu faltei e não avisei, não comuniquei à escola? Também não há registro disso. Eu disse a ela: então, olha só, o que diz respeito à minha vida particular e pessoal, interessa a mim. Em que momento eu tive alguma atitude que viesse a desabonar o meu caráter aqui na escola, que colocasse as pessoas em dificuldade? Ela disse assim: nunca. E eu perguntei: e qual foi o dia em que esta pessoa a quem você se refere (eu já disse que era minha companheira, né?) entrou na escola? Também nenhum dia.

¹¹ Sobre o tema, sugerimos ler: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, 2009.

Eu disse: então, olha, você vá dar o recado para esses professores que estão fazendo esses comentários que, se isso continuar acontecendo, eu irei abrir um processo contra esta escola, contra a sua administração e contra esses professores. Porque não há nada na minha conduta que venha a manchar a minha imagem. Agora a minha vida pessoal diz respeito a mim e eu não admito que ninguém se intrometa.

Sol, Mel, Purpurina e Flor, com seus nomes-fantasia, são professoras de carne e osso, trabalham em escolas públicas na cidade de Vitória, não se conheciam antes do diálogo e revelaram histórias muito semelhantes acerca das questões sobre sexualidades, fundamentalmente sobre a ocultação de suas identidades sexuais como recurso para garantirem certa *paz* para trabalharem. Essa ocultação muitas vezes resulta em omissão frente a situações flagrantes de preconceito e discriminação por orientação sexual não normativa, ou pela simples *suspeita* da nãoheterossexualidade de professor.a.s ou estudantes.

Todas, ao seu modo, revelaram também que se esmeram na excelência profissional. As palavras de Sol bem traduzem esta espécie de *blindagem moral*:

Porque eu sei, enquanto profissional de educação física, eu mando muito bem meu recado. [...]. Por isso eu capricho mesmo, sou excelente professora. Ninguém pode falar mal da minha competência profissional.

O esmerado empenho nas funções pedagógicas, assim, funciona como um recurso para compensar a “falha moral” da lesbianidade (Marina CASTAÑEDA, 2007). Sobre isso, Paula Ribeiro (2009, p. 2014) argumenta: “uma professora que, entre tantas outras características, é lésbica, correrá o risco de ser vista, antes de tudo (ou somente) como ‘professora lésbica’ – e, quem sabe por isso, menos professora [...]”.

As conversas a seguir foram vivenciadas em diversos momentos, em formações sobre diversidade sexual na educação promovidas por Secretarias de Educação Municipais de cidades do Estado do Espírito Santo entre os anos 2008 e 2012. A maioria absoluta das professoras reivindicava-se heterossexual e situava-se na categoria cisgênera. Não haverá aqui uma descrição detalhada sobre cada uma delas, tampouco uso de nomes fictícios para representá-las. A abordagem pretende ser mais generalizada e as reflexões não menos profundas.

Nas conversas com essas professoras, que postura percebemos frente aos temas relacionados às sexualidades na escola? Ouçamos estas mulheres.

Professoras cis, com outras histórias

Rodrigo

A garota chegou na escola e foi logo dizendo: “Meu nome é Rodrigo¹². Quero ser chamada assim. Bota aí meu nome *Rodrigo* na pauta, professora. É assim que eu quero ser chamada”. Sinceramente, fiquei sem ação, mas botei o nome. A lápis, mas botei.

Para continuar nossa conversa, entram aqui três professoras que se atuam em diferentes regiões do estado do Espírito Santo no ensino infantil, fundamental e médio.

O trecho que abre esta seção vem de uma professora de escola de ensino médio. Ela descreveu Rodrigo como “uma menina que se transformou em menino”, em suas palavras. Disse que o conhece desde criança porque vivem na mesma pequena cidade da porção sul do Espírito Santo, com maioria de descendentes de alemães e italianos. Rodrigo é um menino branco. Assim o descreve:

Uma menina ou um menino, sei lá, meu deus! Bem, a gente conhece ela desde pequena, e sempre ela teve um jeitinho de menino mesmo. Todo mundo sabe que ela namora com meninas, e os meninos até respeitam ela demais. Ficam até meio chateados, pelo que já ouvi eles dizerem, porque *Rodrigo* pega mais meninas que eles, que nasceram homens de verdade. Mas se dão bem, nunca vi confusão nem nada. Mas fui pega de surpresa, pra falar a verdade. Nunca esperava que ela quisesse ser chamada com nome de homem. Botei o nome, mas não sei se isso está certo. Fiquei muito espantada ao ver a coragem dele, de ir me encarando assim, de peito aberto, reivindicando nome de homem na pauta. Nunca vi nada igual e fiquei sem saber o que fazer, sinceramente. Apelei para o bom senso e coloquei o nome a lápis. Já me acostumei com sua presença masculina, mas ainda me confundo para me referir a ele, porque conheci como menina, entende? Fica difícil, mas vou levando.

¹²Nome fictício.

Quando perguntada se houve desdobramento do caso na escola, ela respondeu que não. O caso havia acontecido três meses antes¹³ e ela estava esperando o encontro de formação para trazê-lo à tona e saber o que fazer.

Banheiro

Bem, o negócio é que ele ou ela, não sei, no começo queria usar o banheiro das meninas porque diz ser menina. As meninas reclamaram, e então ela teve que deixar de usar. No banheiro dos meninos nem tentou, porque sabe como são os meninos, né? Tadinho, ele decidiu então não ir a banheiro nenhum. Ficava a manhã inteira sem ir ao banheiro.

Tratamos aqui do uso do banheiro pelas pessoas transexuais e, para seguir esta conversa, trazemos as palavras de Junqueira (2014, p. 116) quando afirma que

‘[...] a espacialização, procedimento crucial dos dispositivos de poder, acompanhado de naturalizações que tornam imperceptíveis (e legitimam) interdições e segregações [...] quando informada pelas normas de gênero, implica a negação do direito do uso do banheiro a travestis e transexuais.’

Essa roda de conversa aconteceu também em um município da porção sul do estado, com forte presença italiana na população. A estudante cujo nome não foi mencionado, segundo a professora que relatou, é negra, “um pouco mestiça, porque tem traços finos”, em suas palavras. Obviamente aproveitamos a chance da identificação *traços finos* para discutir questões relacionadas aos estereótipos raciais e sua vinculação direta com práticas racistas, tema de difícil discussão no grupo de professoras e professores da região e que nos impede o relato neste artigo, visto a limitação de páginas exigida.

A professora relatou que a conhece também desde criança e sempre notou um *jeitinho de menina* nela. Disse que a mãe dela

[...] colocava roupa de menina nela desde pequena porque ela pedia. Mas na escola sempre foi de menino. Só agora que ficou adolescente é que escancarou de vez.

¹³Este relato foi coletado em outubro de 2011.

A professora relata que a jovem nunca queixou-se do tratamento que recebia de colegas ou professor.a.s nem tampouco se meteu em confusão na escola, mas ela (a professora) e algumas outras colegas, quando souberam da situação (não usar o banheiro), levaram o caso para o conselho da escola para buscar solução. O coletivo decidiu que, frente ao impasse, esta estudante ou qualquer outr.a estudante trans que estivesse em situação semelhante poderia usar o banheiro da sala de professor.a.s. A medida recebeu protesto por parte do coletivo e decidiu-se, por fim, que o banheiro a ser usado seria o da diretora da escola.

A estudante em questão não participara de nenhuma das conversas a esse respeito, nem foi consultada acerca das discussões sobre o uso do banheiro, pelo que informou a professora. Reiterou, ainda, que a medida foi comemorada pela estudante que, de fato, passou a usar o banheiro a ela destinado.

É importante destacar que o debate gerou posicionamentos controversos por algum.a.s professor.a.s participantes. Parte do grupo defendeu a ideia da criação de um terceiro banheiro na escola, exclusivo para pessoas trans. Outra parte entendeu que a pessoa trans é que deve escolher o banheiro que deseja usar, e a escola buscar meios de fazer respeitar essa escolha. Um outro grupo considerou a deliberação da escola em questão a mais sensata. Algumas pessoas se omitiram do debate, explicando que não tinham opinião a apresentar.

O conjunto de professor.a.s participantes desta roda de conversa afirmou ser esta a primeira vez que debatia o tema e sugeriram aprofundamento com estudos específicos e debates com ativistas transexuais. Fundamentalmente concordaram que discutir temas sobre transexualidades e os direitos dessas pessoas necessariamente prescinde da escuta dos próprios sujeitos (PEDRINI, 2014).

Diagnóstico gay

No carnaval, tivemos um professor na escola que deu aula de dança baiana. Ele rebolava muito, e vi que os meninos maiores, das séries finais, não participaram e ainda ficaram debochando. Mas os pequenininhos dançaram muito. Um deles arrasou, dançou demais, imitava o professor direitinho, incrível. Todas nós percebemos logo que ele parecia gay. Decidimos conversar com a mãe dele, porque tava na cara que ele ia virar gay.

A professora que traz este relato trabalha numa escola de ensino fundamental na porção central do estado do Espírito Santo. Ela, especificamente, trabalha com crianças das séries iniciais, e a criança *suspeita de virar gaytinha*, à época, sete anos de idade.

Junqueira (2014) nomina de *pedagogia do insulto* o uso das desqualificações atribuídas às pessoas dissonantes com as normas de gênero presentes na escola cotidianamente. As piadas, ofensas, insinuações, apelidos e outras expressões desumanizantes e estigmatizantes estão impressas nesta forma de ensinar, nesta pedagogia. Assim, a dança de um menino em um momento festivo da escola aciona um discurso (também didático) homofóbico expresso no currículo oculto e legitimado pelos silêncios e posicionamentos de professoras e professores. “Seria necessário perceber que não são apenas os alunos os que vigiam cada garoto ‘afeminado’, mas sim a instituição inteira. E todos o fazem à medida que, de maneira capilar e permanente, controlam os demais e a si mesmos” (p. 109).

Ao comentar com as colegas sobre a ideia de relatar o caso para a mãe da criança, a professora apoio imediato da maioria delas. Quando indagada sobre em quais bases se apoiava para elaborar conjecturas acerca da sexualidade da criança e, para além, o que exatamente ela e as demais colegas professoras pretendiam ao comunicar à família da criança seu suposto destino gay, a professora respondeu que

Isso não era coisa de deus. Esta criança, como todo gay, ia sofrer muito, porque vivemos numa sociedade muito preconceituosa. Foi pra família saber como agir com ela.

Uma vez mais notamos o peso dos valores morais alicerçados na crença religiosa invariavelmente cristã definindo modos de atuar na escola. Sobre isso, Fernando Seffner (2011, p.368) nos lembra que “o estado brasileiro é laico, [...] e o exercício da função pública não pode ser feito a partir de pontos de vista particulares em termos religiosos”.

Uma pausa na conversa

Nomes na pauta, banheiros e diagnósticos à parte, trazemos aqui essas questões para destacar o posicionamento de professoras cisgênero frente às situações que envolvem as sexualidades não normativas no espaço escolar. Dezenas de outras situações nos ocorrem ao tratar desse tema, mas os limites da escrita do artigo não permitem registrá-las aqui. O que

trazemos neste registro de diálogos são subsídios para produzirmos mais questões do que respostas, mais dúvidas do que soluções, mais inquietações do que comodidades.

Professoras lésbicas e/ou bissexuais, por temerem consequências negativas da visibilidade, omitem-se frente aos temas relacionados à sexualidade na escola? Ou, justamente por viverem sexualidades não normativas, sentem-se mais dispostas para estudar e abordar o assunto?

Professoras cis, por não apresentarem *conduta moral suspeita*, sentem-se mais encorajadas a enfrentar as expressões de lesbo, bi, homo e transfobia na escola? Ou justamente por não *sentirem na pele* as consequências dos preconceitos e discriminações difundidos pelos valores heteronormativos estão menos preparadas para tais questões?

Professor.a.s, de todas e quaisquer identidades, perguntam-se sobre formas de convivência mais justa, digna, respeitável e fraterna entre todas as pessoas? Refletem sobre os reflexos do racismo e da misoginia nas posturas submissas ou rebeldes de estudantes e colegas de trabalho? Compreendem a escola como espaço laico onde as verdades em nome de deus devem ser necessariamente eliminadas dando lugar às liberdades laicas?

Para além das respostas, o que estas questões têm a nos ensinar?

Bibliografia

ALMEIDA, Guilherme. E. Silva de. (2005). *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: IMS/UERJ.

AQUINO, Luis Octávio R. (1995). Discurso lésbico e construções de gênero. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun.

BOLETIM CHANACOMCHANA. (1982). São Paulo, GALF, n. 1.

BORTOLINI, Alexandre. (2008). *Diversidade sexual na escola*. Rio de Janeiro: UFRJ.

BRITZMAN, Deborah P. (1996). O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96, jan./jun.

CASTAÑEDA, Marina.(2007). *A experiência homossexual*. São Paulo: A Girafa.

FACCHINI, Regina; BARBOSA, Regina Maria. (2006). *Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade*. Rede Feminista de Saúde. Belo Horizonte: Autêntica.

HALL, Stuart. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2014). Heteronormatividades e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: RODRIGUES, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio R. S. (org.). *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. Vitória: EDUFES.

LOURO, Guacira Lopes. (2010). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. (2009). *Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n. 2 - 2009 - pp.121-161 . Disponível em www.sexualidadsaludysociedad.org, consultado em 13.02.2015

PEDRINI, Mateus Dias; RODRIGUES, Alexsandro; ROCON, Pablo Cardozo. (2014). Artes do fazer trans: corpos em narrativas e seus processos educacionais. In: RODRIGUES, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio R. S. (org.). *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. Vitória: EDUFES.

RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (2009). Ambientalização de professores e professoras no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD.

SEFFNER, Fernando. (2011). Para pensar as relações entre religiões, sexualidades e políticas públicas: proposições e experiências. In: CORRÊA, Sônia; PARKER, Richard. *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.